

PANATLÂNTICA S/A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(em milhares de reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia, com sede em Gravataí (RS) e unidade industrial em Glorinha (RS), tem por objeto a industrialização, comércio, importação, exportação e beneficiamento de aços e metais, ferrosos ou não ferrosos, revestidos ou não, próprios ou de terceiros. A Companhia poderá participar do capital de outras sociedades.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis Individuais e Consolidadas do exercício de 31 de dezembro de 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

O Conselho de Administração autorizou a conclusão das demonstrações contábeis Individuais e Consolidadas findas em 31 de dezembro de 2011, em 31 de janeiro de 2012.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1 Base de Preparação

3.1.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

As Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards-IFRS*). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3.1.2 Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis individuais da controladora também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade, exceto com relação a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, e conforme as IFRS seria custo ou valor justo. As Demonstrações Contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as Demonstrações Contábeis consolidadas.

3.2 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Panatlântica S.A. e suas controladas diretas Panatlântica Catarinense S.A. e Tubospan S.A. e sua controlada indireta Açolog Serviços de Transporte e Logística Ltda. Os saldos de Ativos e Passivos e os valores das transações comerciais foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas Demonstrações Contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3.2.2 Demonstrações Contábeis Individuais

No balanço patrimonial individual, essas participações são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de

avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da empresa incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A administração da companhia definiu que sua moeda funcional é o real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

As aplicações financeiras disponíveis referem-se a títulos de alta liquidez, e não estão sujeitos a risco de mudança de valor, passíveis de resgate imediato. As operações em CDB's são remunerados a taxas que variam numa média ponderada de 100,5% do CDI. A Administração não pretende resgatar os valores antes dos seus vencimentos.

3.6 Clientes

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. Em 31 de dezembro de 2011, 100% do saldo das Contas a Receber de Clientes referem-se à vendas/serviços no mercado interno.

3.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.8 Cauções a Recuperar

As cauções a recuperar são demonstradas com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e retenções na fonte (Nota 06).

3.9 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.10 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo (Nota 08).

3.11 Imobilizado

Em atendimento à orientação prevista no CPC 27 (Ativo Imobilizado) e ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e CPC 28), a Companhia e suas controladas adotaram o custo atribuído (“Deemed Cost”) para determinar o valor justo do ativo imobilizado. Os valores justos utilizado na adoção do custo atribuído foram estimados por peritos independentes com

experiências e competência profissional com data retroativa a 1º de janeiro de 2009.

O efeito no grupo de contas dos Terrenos foi de R\$ 3.387 mil e no grupo dos Edifícios foi de R\$ 1.195 mil, sendo que a depreciação anual foi de R\$ 32 mil alocadas no custo dos produtos vendidos e nas despesas operacionais.

3.12 Intangível

Os valores relativos a desenvolvimento de projetos que são diretamente ligados a produção de nossos produtos e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

3.13 Passivo Circulante e Não Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

A administração da Companhia considera que os prazos concedidos na liquidação das contas a pagar são inerentes as condições comerciais normalmente contratadas no mercado de atuação, não havendo característica de atividade de financiamento.

3.13.1 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.13.2 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

3.14 Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e os de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia efetuou os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo ou passivo em consonância com Deliberação CVM nº 564/08.

3.15 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da companhia, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedeu à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de Ativos e Passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

3.17 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.18 Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, sendo que é reconhecida: (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a

entidade; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Apresentamos a reconciliação da Receita Bruta para com a Receita Líquida:

Descrição	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2011	2010	2011	2010
Receita Bruta	364.107	399.888	483.470	523.921
Impostos/Devoluções	(91.583)	(112.601)	(117.889)	(146.255)
Total	272.524	287.287	365.581	377.666

3.19 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração da companhia, são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, “Impairment” e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda, (d) o valor atual de obrigações de plano suplementar de aposentadoria depende de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas.

3.20 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

NOTA 04 - CLIENTES

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Clientes Nacionais	47.138	50.075	57.979	63.784
Clientes Exterior	137	-	137	-
(-) Ajustes a Valor Presente-AVP	(238)	(808)	(367)	(982)
(-) Prov. Créditos Liquidação	-	-	(123)	-
Duplicatas Cobrança Judicial	(386)	(373)	(386)	(373)
Total Líquido a Receber	46.651	48.894	57.240	62.429

Conforme a Deliberação CVM nº 564/08, a Companhia aplicou a taxa média de 1,80% a.m. para determinação do Ajuste a Valor Presente – AVP relativo às vendas efetuadas no período que contenham juros implícitos em sua negociação.

Para o ano de 2011, a aplicação da referida taxa resultou em um saldo de AVP de Clientes de R\$ 239 mil (R\$ 711 mil em 2010), relativo às vendas a serem recebidas pela controladora no ano seguinte.

NOTA 05 - ESTOQUES

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Produtos Prontos	9.653	14.161	12.935	19.514
Produtos em Processo	-	13	45	273
Matéria-Prima	35.859	37.292	44.113	44.257
Materiais Diversos	16	-	30	52
Total	45.528	51.466	57.123	64.096

NOTA 06 – CAUÇÕES A RECUPERAR

	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar - CONTROLADORA			
	31 de Dezembro de 2011		31 de Dezembro de 2010	
Descrição	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IRRF	1.885		1.000	
IPI	1.232		913	
ICMS	2.548	120	4.373	120
Outros	301			
Total	5.966	120	6.286	120

	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar - CONSOLIDADO			
	31 de Dezembro de 2011		31 de Dezembro de 2010	
Descrição	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IRRF	2.430		1.346	
IPI	1.427		929	
ICMS	3.459	182	4.511	250
Outros	316	32	468	31
Total	7.632	214	7.254	281

NOTA 07 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Descrição	Grupo	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Créditos com Controladas	Ativo Circulante	2.161	1.895
Débitos com Controladas	Passivo Não-Circulante	211	-
Débitos com Controladora	Passivo Não-Circulante	30.497	30.713
Receitas de Vendas	Receitas	7.441	1.663
Compras de Produtos	Despesas	7.672	3.541
Contas a Receber	Receitas	17	37
Contas a Pagar	Despesas	134	163

As operações com as partes relacionadas, quanto a prazos e preços, são realizadas em condições semelhantes às aplicadas no mercado.

NOTA 08 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A Companhia é controladora de forma direta e indireta das seguintes Empresas:

RAZÃO SOCIAL	CAPITAL SOCIAL	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Panatlântica Catarinense S.A.(ajustado)	30.000	46.082
Tubospan S.A.	12.000	11.539
Açolog Ltda.(Controlada Indireta)	150	8.868

A movimentação dos investimentos da controladora está representado da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	CATARINENSE S.A.	TUBOSPAN S.A.	OUTROS	TOTAL
% DE PARTICIPAÇÃO DIRETA NO CAPITAL	100,00%	100,00%		
Saldos em 01/01/2010 - Controladas	32.916	9.521	33	42.470
(+) Aquisição de Participação Controladas		1.761		1.761
(+) Ajustes Participação Controladas - IFRS				-
(+/-) Equivalência Patrimonial	6.315	(23)		6.292
(+) Aquisição de outros			1	1
(-) Baixas			(9)	(9)
(=) Saldos em 31/12/2010	39.231	11.259	25	50.515
(+/-) Equivalência Patrimonial	6.851	280	-	7.131
(=) Saldos em 31/12/2011	46.082	11.539	25	57.646

NOTA 09 – IMOBILIZADO

Controladora							
Custo Corrigido		(-) Depreciação Acumulada			Valor Líquido		
31.12.2010	31.12.2009	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009
19.448	16.714	(4.483)	(4.265)	(4.075)	15.750	15.183	12.639
29.475	28.614	(22.582)	(22.306)	(22.288)	10.400	7.169	6.326
983	1.088	(442)	(406)	(548)	591	577	540
852	609	(241)	(337)	(172)	382	515	437
762	750	(564)	(515)	(531)	192	247	219
5.240	2.051	-	-	-	5.801	5.240	2.051
56.760	49.826	(28.312)	(27.829)	(27.614)	33.116	28.931	22.212

Consolidado							
Custo Corrigido		(-) Depreciação Acumulada			Valor líquido		
31.12.2010	31.12.2009	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009
32.280	28.222	(6.883)	(6.547)	(6.185)	26.900	25.733	22.037
46.489	43.013	(26.479)	(25.875)	(25.715)	24.121	20.614	17.298
1.624	1.617	(770)	(706)	(830)	972	918	787
1.071	715	(457)	(434)	(227)	1.210	637	488
1.088	1.039	(787)	(708)	(724)	369	380	315
8.512	4.878	-	-	-	8.889	8.512	4.878
91.064	79.484	(35.376)	(34.270)	(33.681)	62.461	56.794	45.803

A movimentação do imobilizado apresenta-se da seguinte forma:

CONTROLADORA								
		Saldo em:	Saldo em:					Saldo em:
		31/12/2009	31/12/2010	Transf.	Adições	Baixas	Deprec.	31/12/2011
Terrenos		2.118	2.821	-	231	-	-	3.052
Terrenos-Custo Atribuído		3.387	3.387	-	-	-	-	3.387
Edifícios		5.631	7.516	171	261	-	(166)	7.782
Edifícios-Custo Atribuído		1.163	1.130	-	-	-	(32)	1.098
Instalações Industriais		340	329	-	123	-	(20)	432
Máquinas e Equipamentos		6.326	7.168	244	721	(4)	(281)	7.848
Móveis e Utensílios		539	578	-	54	(3)	(38)	591
Veículos		437	419	-	42	(182)	(48)	231
Computadores e Periféricos		219	248	-	34	(2)	(88)	192
Outras Imobilizações		42	96	-	55	-	-	151
Sub-Total		20.202	23.692	415	1.521	(191)	(673)	24.764
Máquinas em Instalação		37	-	(244)	2.795	-	-	2.551
Obras em Andamento		1.973	5.241	(171)	731	-	-	5.801
Valor Liq.- Imobilizado		22.212	28.931	-	5.047	(191)	(673)	33.116

CONSOLIDADO								
		Saldo em:	Saldo em:	Transf.	Adições	Baixas	Deprec.	Saldo em:
		31/12/2009	31/12/2010					31/12/2011
Terrenos		5.414	6.489	-	337	(5)	-	6.821
Terrenos-Custo Atribuído		3.387	3.387	-	-	-	-	3.387
Edifícios		9.069	11.743	742	350	-	(346)	12.489
Edifícios-Custo Atribuído		1.163	1.130	-	-	-	(32)	1.098
Instalações Industriais		479	453	2.507	174	-	(29)	3.105
Máquinas e Equipamentos		17.299	20.615	244	1.125	(5)	(609)	21.370
Móveis e Utensílios		791	923	(4)	125	(3)	(69)	972
Veículos		676	999	(131)	515	(216)	(134)	1.033
Computadores e Periféricos		334	399	25	81	(2)	(135)	368
Outras Imobilizações		69	125	-	55	-	(3)	177
Sub-Total		38.681	46.263	3.383	2.762	(231)	(1.357)	50.820
Máquinas em Instalação		1.843	390	(638)	3.000	-	-	2.752
Obras em Andamento		5.278	10.141	(2.745)	1.521	(28)	-	8.889
Valor Liq.- Imobilizado		45.802	56.794	-	7.283	(259)	(1.357)	62.461

NOTA 10 - FORNECEDORES

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Fornecedores	29.166	21.347	35.962	25.858
(-) AVP - Fornecedores	(360)	(235)	(417)	(261)
Total	28.806	21.112	35.545	25.597

Conforme a Deliberação CVM nº 564/08, a Companhia aplicou a taxa média de 1,82% a.m. para determinação do Ajuste a Valor Presente – AVP relativo às compras efetuadas no período que contenham juros implícitos em sua negociação. Para o atual exercício a aplicação da referida taxa resultou em um saldo de Ajuste a Valor Presente - AVP de fornecedores de R\$ 360 mil (R\$ 327 mil em 2010), relativa as compras a serem pagas pela controladora no ano seguinte.

NOTA 11 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As operações de curto prazo são atualizadas com taxas que variam entre 0,95% e 1,02% ao mês. Aproximadamente 94% do saldo (controladora e consolidado) referem-se a captação em moeda nacional.

As operações de longo prazo são destinadas para aquisição de bens e equipamentos industriais, incorporados ao ativo imobilizado, cujas garantias reais são as próprias aquisições, mais duplicatas mercantis.

11.1 Não-Circulante

Controladora		
Vencimentos Longo Prazo	31/12/2011	31/12/2010
2012	-	1.136
2013	412	851
2014 a 2019	2.605	1.226
Não Circulante	3.017	3.213
Consolidado		
Vencimentos Longo Prazo	31/12/2011	31/12/2010
2012	-	1.610
2013	1.072	1.411
2014 a 2019	2.692	1.252
Não Circulante	3.764	4.273

Informações Adicionais:

1) Os financiamentos BNDES e FINIMP são corrigidos pela variação da TJLP, acrescidos de taxas que variam de 2,40% ao ano à 4,50% ao ano, com vencimento final em Dez/2019.

2) Para garantir os financiamentos foram oferecidas garantias fiduciárias, avais e penhor de direitos creditórios.

NOTA 12 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES (Circulante e Não Circulante)

Descrição	Impostos, Taxas e Contribuições - Circulante			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
IRRF	64	113	96	142
IRPJ/CSLL	244	296	476	851
ICMS	19	15	319	206
OUTROS	30	31	471	197
TOTAL IMPOSTOS CP	357	455	1.362	1.396

	Impostos, Taxas e Contribuições - Não Circulante			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Descrição	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
IRPJ/CSLL-Cred.Pres.ICMS	1.483	1.483	1.483	1.483
Outros	64	31	1.008	1.969
TOTAL IMPOSTOS LP	1.547	1.514	2.491	3.452

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social e Direito das Ações

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 85.000 mil, composto por 9.135 mil ações ordinárias e 345 mil ações preferenciais, sem valor nominal, pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no País.

NOTA 14 - CONTRATOS DE SEGUROS

Devido à natureza e porte dos estoques (produtos siderúrgicos) e principais bens do imobilizado (Prédios, Instalações e Equipamentos Industriais), é política da companhia contratar seguros por valores condizentes, assumindo alguns riscos com sinistros, os quais são considerados de rara ocorrência. Os bens estão segurados da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	RISCO COBERTO	Valores Cobertos	
		31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Prédios, Estoques, Máquinas	Incêndio,raio,vendaval, resp.civil	14.040	9.240
Equipamentos Eletrônicos	Roubo	400	400
Veículos	Acid.Pessoais, Danos Materiais	650	450
TOTAL	-	15.090	10.090

NOTA 15 - PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

A Companhia patrocina, a funcionários que se inscrevem, um Plano de Complementação de Aposentadoria junto ao Fundo Multipensions Bradesco, constituído com características de plano de contribuição definida, no qual não tem obrigação de efetuar contribuições adicionais após o término da prestação dos serviços pelos funcionários.

NOTA 16 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da companhia, se limita a: a) Risco de Crédito: É representado pela inadimplência no seu contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato da maioria dos recebíveis serem oriundos de liberação de créditos selecionados de forma não concentrada; b) Risco de Preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados pela Companhia e dos insumos usados no processo produtivo, e essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia, para minimizar estes riscos, acompanha permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços; c) Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é irrelevante dada às reduzidas operações desta natureza; d) Risco de Taxas de Juros: Decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, a Companhia mantém acompanhamento permanente do mercado.

NOTA 17 – CONTINGÊNCIAS

17.1 Contingências Ativas

As contingências ativas não foram reconhecidas contabilmente, face à opinião expressa dos assessores jurídicos quanto à classificação da probabilidade de êxito dos processos, atendendo assim a Deliberação CVM nº 594/09 quanto o direito líquido e certo.

17.2 Provisões e Contingências Passivas

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária. As respectivas provisões são constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável. Em 2011, os riscos classificados como provável totalizaram R\$ 206 mil e referem-se a

demandas trabalhistas suportadas por depósitos judiciais. A Companhia também é parte em processos judiciais que na avaliação dos Consultores Jurídicos, baseada em experiências com naturezas semelhantes, apresentam riscos possíveis de perda no montante de R\$ 150 mil.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, é conforme a seguir:

Descrição	Controladora			
	31/12/2011		31/12/2010	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes dos tributos	8.685	8.685	26.660	26.660
(-/+) Efeitos das IFRS	(694)	(694)	(6.103)	(6.103)
Lucro antes dos tributos-ajustado	7.991	7.991	20.557	20.557
(+) Adições	612	612	576	577
(-) Exclusões	(950)	(949)	(945)	(945)
Lucro tributável	7.653	7.654	20.188	20.189
CSLL - 9%	-	689	-	1.817
(-) Deduções CSLL	-	(19)	-	(41)
(=) Despesa CSLL	-	670	-	1.776
IRPJ - 15%	1.148	-	3.028	-
IRPJ - 10%	741	-	1.995	-
(-) Deduções IRPJ	(38)	-	(106)	-
(=) Despesa IRPJ	1.851	-	4.917	-

b) Tributos Diferidos

Em atendimento as disposições da Deliberação CVM nº 619/09, a Companhia procedeu o registro dos tributos decorrentes do Ajustes de Avaliação Patrimonial:

Descrição	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Imposto de Renda-IRPJ	1.121	1.129
Contribuição Social-CSLL	404	407
Total	1.525	1.536

NOTA 19 – CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENTRE A CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Descrição	Patrimônio Líquido	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Controladora	158.595	145.063
Participação dos Não Controladores	1	1
Consolidado	158.596	145.064

NOTA 20 – AJUSTES RETROSPECTIVOS

Em atendimento as disposições contidas na Deliberação CVM nº 592/09 e Ofício CVM/SEP/GEA-5/Nº055/11, a Companhia procedeu os seguintes ajustes retrospectivos nas demonstrações contábeis:

Descrição	31 de dezembro de 2010
Imobilizado	4.518
Tributos Diferidos-Passivo	(1.536)
Ajuste de Avaliação Patrimonial-Patrimônio Líquido	2.982
Lucro Líquido Exerc.-Depreciação e Tributos Diferidos	(21)

NOTA 21 – LUCRO POR AÇÃO

Em atendimento a Deliberação CVM nº 636/10, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

a) Número de ações:

Ações emitidas	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Ações Ordinárias	9.135	8.534
Ações Preferenciais	345	322
Total	9.480	8.856

Em 26/05/2011, através da Assembléia Geral Extraordinária (AGE), foi homologado o aumento de capital social da Companhia, aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29/04/2011, passando o mesmo para R\$ 80.258 mil (oitenta milhões, duzentos e cinquenta e oito mil reais), mediante a bonificação de 316 mil (trezentos e dezesseis mil) novas ações ordinárias nominativas e 12 mil (doze mil) novas ações preferenciais nominativas, todas sem valor nominal.

Posteriormente em 1º/09/2011, através da Assembléia Geral Extraordinária (AGE), foi homologado novo aumento do capital social da Companhia, passando o mesmo para R\$ 85.000 mil (oitenta e cinco milhões de reais), mediante a subscrição de 285 mil (duzentos e oitenta e cinco mil) novas ações ordinárias nominativas e 11 mil (onze mil) novas ações preferenciais nominativas, todas sem valor nominal.

b) Resultado por ação:

Como a Companhia não possui ações potenciais diluídas, apresenta o mesmo valor de lucro básico e diluído por ação.

Controladora	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Lucro do exercício	13.306	19.945
Lucro básico e diluído por ação	1,40	2,25

NOTA 22 – DESTINAÇÃO DO LUCRO

Em 31/12/2011 foram retidas parcelas do lucro líquido do exercício, conforme previsão legal e estatutária. Por determinação do Conselho de Administração foi

constituída a Reserva Estatutária, conforme faculta o parágrafo 4º, do artigo 202, da Lei nº 6.404/76, para fins de investimentos e aquisição de matéria-prima, devido à oscilação vertical de preços desta “commodities”.

A seguir demonstramos a proposta de destinação do lucro líquido do exercício:

DESCRIÇÃO	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Lucro Líquido do Exercício	13.306	19.945
Reserva Legal (5%)	665	998
Reserva Estatutária	12.641	18.947

NOTA 23 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia e suas controladas identificaram com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Companhia, que sua operação total constitui um único segmento operacional. Desta forma a Demonstração de Resultado do Exercício já está adequada aos princípios necessários determinados pela Deliberação CVM nº 582/09.